O REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO: PADRÃO EXCELENTE DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

António Alves-Caetano

Que toda a terra é pátria para o forte.
(Luís de Camões, *Os Lusíadas*, VIII-63-4).

Introdução

O espírito de associação é tão antigo quanto a humanidade. Mas manifesta-se, no geral, para suprir as principais necessidades relacionadas com a sobrevivência e propagação da espécie. São associações destinadas à defesa dos cataclismos naturais que afectavam a produção de subsistências. Ou vocacionadas para a entreajuda em caso de doença, velhice ou morte. Muitas vezes revestiam carácter religioso, acrescentando ao apoio solidário por melhores condições de vida material a prática de actos caridosos, recomendados para salvação da alma.

As "guildas", as "compagnonnages", as corporações, multiplicaram-se na Idade Média, em regra, para a entreajuda e solidariedade de grupos profissionais, sempre com propósitos vinculados à doença, velhice e morte. E as associações de carácter mutualista que se propagaram pelos diversos países da Europa nos séculos XVIII e XIX tinham a mesma índole e características[1].

No entanto, ao findar dos anos trinta de oitocentos, no Brasil, a primeira instituição nascida do espírito associativo de uma plêiade de emigrantes portugueses, não se destinou a cotizarem-se para ter um funeral condigno, quando chegasse a hora extrema de cada um; não se destinou a criar um fundo pecuniário que proporcionasse melhor assistência médica e medicamentosa na doença; não se orientou para a acumulação de um capital do qual pudessem sair, a juro comedido, os empréstimos de que cada um necessitasse, para melhorar o seu negócio; para construir casa de habitação mais espaçosa; ou para qualquer outro projecto destinado à melhoria das condições de vida própria e da família. Nada disso.

[1] Sobre esta matéria vejam-se, entre outras, as obras: GODOLPHIM, 1876; GODOLPHIM, 1889; ROSENDO, 1996.

Os homens que, pelas condições mais diversas, foram obrigados a abandonar o "pátrio lar", enfrentando o desconhecido como obstáculo adicional para as suas vidas, decidiram associar-se, não para qualquer daqueles legítimos propósitos com que, desde sempre, os humanos se agruparam, mas para cultuar a língua materna, enaltecê-la e formar uma biblioteca comum que ajudasse à ilustração de todos eles e dos patrícios que viessem a demandar a Terra de Santa Cruz.

1. Fundação do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro

Em casa do dr. António José Coelho Louzada, advogado português emigrado no Rio de Janeiro, com a presença do Encarregado de Negócios de Portugal, no domingo, 14 de Maio de 1837, quarenta e dois emigrantes portugueses constituíram uma associação que denominaram *Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*.

Da primeira Directoria do *Gabinete*, composta por sete elementos, pelo menos três partiram para o Brasil depois de terem passado pelas masmorras miguelistas. Terá sido em 1828 que delas se escapou o advogado José Marcelino da Rocha Cabral, nascido em 1806 em Macedo de Cavaleiros. Rumou à Europa, talvez a Paris. É natural que tenha tido contacto com outros liberais portugueses a residir no Continente. Certo é ter chegado ao Rio de Janeiro em Dezembro de 1831[2], aí se mantendo por parte do ano de 1832, até partir para São Pedro do Rio Grande, sempre grato pelo "abrigo que encontrou contra a perseguição e tirania, que então enlutavam a sua pátria"[3].

No sul do Império foi redactor do *Propagador da Indústria Rio-Grandense*, elaborou os estatutos da *Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense* e organizou a Estatística da província de São Pedro do Rio Grande do Sul[4]. Regressou ao Rio de Janeiro na companhia de governantes da província por não reconhecer a Revolução Farroupilha[5]. Na capital do Império retomou a advocacia e a escrita em jornais, em que se destaca *O Despertador*.

Em Maio de 1837, agregando patrícios com os quais mantinha frequentes contactos, como os colegas advogados António José Coelho Louzada e João Joaquim Pestana, fundou o *Gabinete*. O dr. João Joaquim Pestana, madeirense, foi outro dos que estiveram encarcerados pelo regime miguelista, neste caso, no Funchal, implicado na rebelião de Junho de 1828. Na mesma ilha da Madeira, mas em Setembro deste ano, esteve preso por acções anti-miguelistas o escrivão da Câmara do Machico, Agostinho Correia de Azevedo. Ambos integraram a primeira directoria do *Gabinete*, o

[2] CABRAL, 1839: 35.
[3] CABRAL, 1839. 24.
[4] CABRAL, 1836.
[5] CABRAL, 1839: 20.

dr. Pestana como vice-director e Agostinho de Azevedo como agente comissário. Mas não eram os únicos madeirenses nesse grupo de sete directores: com acção determinante para a criação do *Gabinete* perfila-se Francisco Eduardo Alves Vianna, também nascido na ilha da Madeira, conceituado comerciante estabelecido na rua do Ouvidor, autor do primeiro projecto de estatutos, eleito primeiro secretário da direcção.

Naquele ano de 1837, no Rio de Janeiro, longe do fervilhar de ideias do coração da Europa, um punhado de liberais portugueses, que a terra mãe tinha renegado, erigiu uma instituição que pedia meças ao que de melhor havia no mundo, "no intuito da sua ilustração, da ilustração geral, e de concorrer para restaurar a glória literária da sua pátria!"[6].

Em magnífica exortação feita, na qualidade de presidente eleito do *Gabinete*, numa sessão em 10 de Setembro de 1837, destinada ao balanço dos resultados obtidos nos primeiros quatro meses, Rocha Cabral enalteceu a importância do associativismo para que os homens alcançassem objectivos mais completos do que os obtidos em acções isoladas. Assim era no comércio, na indústria, em tudo o que requeria o domínio das forças da natureza, mas "em relação nenhuma tem obtido resultados tão vantajosos para a felicidade dos homens e para a glória das nações como em sua aplicação aos progressos da literatura e das ciências, ao aperfeiçoamento do género humano"[7].

Com efeito, esta era a génese de tudo o que é proveitoso, "porque os progressos das ciências, a sua aplicação aos progressos das artes, e o desenvolvimento da razão humana, têm sido os motores universais de todos os melhoramentos no comércio, na indústria e na organização social"[8]. Daí a satisfação imensa por terem sido capazes de erigir "um estabelecimento cujo fim é a cultura do espírito e cujos meios consistem neste maravilhoso princípio", que conduziria à obtenção de "ilustração nossa, crédito para com os estranhos, fraternidade, civilização e outras vantagens sociais"[9].

Os portugueses residentes no Rio de Janeiro estavam perfeitamente integrados no "movimento actual do espírito humano" e isso teria benéficos reflexos na sociedade brasileira que tão generosamente os acolhia, e se convenceria, com satisfação, "de que o grande povo de que descende acompanha a marcha rápida e majestosa das nações, que correm primeiras para o mais elevado ponto da civilização"[10]. Mas, mais do que tudo, Rocha Cabral aspirava a que a acção destes emigrados fosse reconhecida em Portugal como decisivo contributo "para a restauração da antiga, da imensa, da incomparável glória da sua Pátria!"[11].

---

[6] CABRAL, 1839: 31.
[7] CABRAL, 1839: 32.
[8] CABRAL, 1839: 32-33.
[9] CABRAL, 1839: 33.
[10] CABRAL, 1839: 33.
[11] CABRAL, 1839: 33.

Este é um ponto por demais digno de ser sublinhado: aqueles que, pelas mais diversas circunstâncias, não tinham encontrado condições favoráveis ao desenvolvimento das suas vidas no torrão natal, nem por isso o tinham por pátria madrasta, antes ansiavam pela sua glorificação, contra a corrente então dominante na sociedade carioca. Quando se realizou a Assembleia Constituinte do *Gabinete*, ele já contava com 189 accionistas, que tinham subscrito 404 acções[12]. Sabe-se que entre os mais entusiastas da iniciativa estavam emigrados políticos, mas Francisco Eduardo Alves Vianna, que submeteu à Assembleia o primeiro projecto de Estatutos, era um madeirense há muito estabelecido como negociante de reputação, e quantos mais haveria trabalhando em diversos misteres idos para o Brasil quando a Corte lá estava radicada ou nos anos que se seguiram ao regresso do monarca a Portugal? Quantos, dos que acorreram a subscrever acções mesmo antes da Assembleia fundadora, tinham demandado a terra brasileira ainda crianças, ou já adultos, em busca de condições favoráveis à melhoria da triste situação económica e social em que viviam no pátrio lar?

A primeira instituição de cidadãos portugueses no Brasil, ao qual se tinham acolhido para nele realizar os seus projectos de vida, não visou congregarem-se para a recíproca defesa contra violências da natureza, contra a doença ou contra a invalidez. Nem teve o propósito – como os anteriores, legítimo – de uma mutualidade financeira que lhes proporcionasse capitais sem juros agiotas.

Os estatutos do *Gabinete*, singelamente, estabeleciam que os seus fins "são promover a instrução", o que se faria mediante a organização de "uma livraria escolhida nas ciências, literatura e artes"; coligindo "as obras e manuscritos de mérito, na língua portuguesa"; através da subscrição dos "mais acreditados periódicos nacionais e estrangeiros, concernentes às ciências, à literatura, ao comércio e às artes"; e, não menos relevante, mediante a reimpressão de livros raros e a impressão de "manuscritos interessantes" da língua portuguesa, para o que se contava vir a ter a colaboração de "outras associações literárias" da mesma língua. Só podiam ser accionistas cidadãos portugueses "bem morigerados e de ocupação honesta"[13].

"O espírito empreendedor, magnânimo, aberto e esclarecido, a perseverança teimosa, a abnegação, a fraterna convivência que não olhava a condições sociais, as transigências pessoais para que não se desvirtuasse a unidade grandiosa de fins, desses homens fabulosos, liberais de formação além do seu tempo na sua terra, perseguindo acção e conceitos que ainda hoje fazem lei, homens que não suportaram a tacanhez e as grilhetas miguelistas na Pátria e, não tendo como combatê-las lá, emigraram para o Brasil onde vieram difundir e pôr em prática as suas humanitárias ideias, sem que os tolhesse o medo de pará-los a situação histórica de transição que

[12] GABINETE, 1837: 1.
[13] GABINETE, 1841: 3-5.

por aqui se passava, esse espírito foi um abençoado exemplo catecísmico para as gerações que lhes sucederam e até hoje se mantém"[14].

É importante notar que a emigração portuguesa para o Rio de Janeiro, nos primórdios do século XIX, é constituída por homens alfabetizados, que as próprias famílias preparavam para ir exercer actividades ligadas ao comércio ou a ofícios, alguns, mesmo, com noções de escrita comercial, "algum latim e navegação, para lá da língua e da aritmética"[15]. Assim, não é difícil entender que os literatos liberais banidos de Portugal pelo Miguelismo encontrassem prosélitos para a sua causa da fundação de um grémio literário que pugnasse pela cultura e divulgação da língua pátria. Este propósito é tanto mais digno de destaque quanto era verdadeiro o acinte, para não dizer mesmo hostilidade, que havia na Terra de Vera Cruz, depois da Independência, por tudo o que era português. O ensino da língua francesa pontuava os interesses da sociedade brasileira[16]. É manifesto que os promotores do *Gabinete* estavam penetrados de elevado fervor pátrio, prestavam serviço à causa lusitana, ignorando o pensamento dominante de desconsideração por Portugal.

É sintomática a vibração patriótica de Rocha Cabral, logo na Assembleia Constitutiva, ao enaltecer a presença de portugueses na primeira reunião, "que tem havido no Império em um estabelecimento próprio, por eles criado, no intuito da sua ilustração, da ilustração geral e de concorrer para restaurar a glória literária da sua pátria!"[17]. Só se restaura o que está decaído. Portanto, importa sublinhar que a iniciativa destes portugueses emigrados visava, não apenas a obtenção de resultados favoráveis ao seu enriquecimento cultural, mas também a defesa dos interesses da pátria que, por força dos desencontros políticos, estavam apoucados no Brasil, atingindo, assim, a própria língua nacional do país de acolhimento.

2. Os Gabinetes de Leitura em Portugal

No início do século XIX o preço dos livros era elevado. O mesmo podia dizer-se quanto aos periódicos. Era um público restrito que constituía a clientela das livrarias e assinava periódicos. Como era restrito o público frequentador das escassas bibliotecas públicas. Nos cafés e tabernas havia quem fizesse a leitura, em voz alta, das notícias veiculadas pela imprensa, havendo sempre auditório atento. Mas, os elementos da classe média, que se ia formando com dificuldade, compravam livros ou periódicos. Houve quem tivesse a ideia de fazer negócio com a própria biblioteca, tornando-a

[14] SILVA, 1977: 22.
[15] ALVES, 1999: 6-7.
[16] MARTINS, 1990: 35.
[17] GABINETE, 1837: 11.

disponível ao público em geral, mediante o pagamento de uma soma mensal ou com outra periodicidade, que permitia ou a leitura numa sala ou o aluguer para consulta domiciliária. Assim nasceram as "circulating libraries" em Inglaterra, "cabinets de lecture" em França e, em Portugal, os "gabinetes de leitura"[18].

Os estudiosos da matéria não encontram rasto do gabinete de leitura que foi referenciado existir em 1801, em Lisboa[19]. São unânimes em considerar que o primeiro terá sido o estabelecido pelo francês Pedro José Bonnardel em 1814, e do qual ainda há notícias em 1847-1848[20].

Os estabelecimentos correspondentes existentes em Londres e Paris, em regra, dispunham de sala de leitura mas praticavam, também, o aluguer para o domicílio. Quanto ao Gabinete de Leitura de Bonnardel considera-se não dispor de sala de leitura, limitando-se à cedência, remunerada, de exemplares para leitura domiciliar.

Os gabinetes de leitura, em Portugal como no estrangeiro, eram estabelecimentos comerciais que pressupunham a existência de um público leitor "alfabetizado, ávido de conhecimentos e informação, e dispondo de capacidade económica para pagar o aluguer dos livros ou a subscrição do gabinete"[21], o que garantia o sucesso do negócio.

Logo após a Revolução de 1820, um candidato à abertura de gabinete de leitura em Lisboa, no plano anexo ao requerimento apresentado à Intendência de Polícia, salientou a existência de numerosas "pessoas desejosas de saberem nas actuais circunstâncias da nossa Regeneração Política todas as notícias que ocorrem no nosso País, assim como nos Estrangeiros mais civilizados"[22]. Como este, alguns outros empresários se propuseram abrir gabinetes de leitura, fosse durante o Vintismo, fosse no segundo período liberal (1826-1828)[23].

É natural admitir que o dr. José Marcelino da Rocha Cabral, como qualquer outro dos emigrados letrados que se dispuseram a fundar o *Gabinete* no Rio de Janeiro, soubessem da existência destes estabelecimentos em Portugal como no estrangeiro, por onde Rocha Cabral (e outros, eventualmente) passou antes de rumar ao Brasil.

A grande diferença está em que o organismo que decidiram estabelecer na antiga colónia americana não tinha carácter comercial, embora os associados adquirissem acções e os eventuais leitores que não fossem sócios tivessem de pagar uma

[18] Ao despontar o século XIX, Londres teria 122 "circulating libraries" e, em Paris, entre 1815 e 1830, constituíram-se 463 "cabinets de lecture" (Ver LOUSADA, 2000). Sobre Gabinetes de Leitura é importante consultar ainda ESTEVES, 1984; DOMINGOS, 1985; GUEDES, 1987.
[19] RUDERS, 1981: 225.
[20] LOUSADA, 2000: 171.
[21] LOUSADA, 2000: 170.
[22] LOUSADA, 2000: 169.
[23] LOUSADA, 2000: 171.

importância de subscrição[24]. Mas, a principal aplicação das somas arrecadadas pelo *Gabinete* era a compra de livros e a assinatura de periódicos que fossem aumentando o acervo da biblioteca a constituir, núcleo central do organismo. No primeiro orçamento, em 1837, 70% da despesa era para a compra de livros, 7,5% para aquisição de estantes e 5% para a de mobiliário. Nenhuma importância se destinava à remuneração do capital aplicado pelos accionistas[25]. Além disso, os cargos estatutários eram gratuitos e nenhum associado podia recusar exercê-los, a não ser "por moléstia grave e permanente" ou em caso de reeleição[26].

3. Constituição da biblioteca

Num dos seus primeiros documentos a Directoria fez saber que "na escolha dos livros deu-se a precedência em número, e por consequência no emprego de capital, às obras portuguesas, como vos deixará conhecer a quantia já destinada para a primeira encomenda. Entendemos assim dever obrar, tanto por ser um fim especial da Associação – coligir as obras e manuscritos de mérito na língua portuguesa – como por devermos essa homenagem à nossa Pátria e fazermos assim também um serviço ao país em que residimos, cuja literatura se confunde com a nossa. Depois tratámos de reunir, quanto possível, elementos de instrução geral, tendo, contudo, particularmente em vista as classes dos leitores que, provavelmente, hão-de concorrer ao Gabinete"[27]. No primeiro orçamento, de oito contos de réis, a despender entre Junho e Dezembro de 1837, de 5,6 contos para a compra de livros, só 35,6% da verba era para livros estrangeiros[28].

Logo em 1840 foi elaborado o primeiro Catálogo, com 189 páginas, de que se mantêm, apenas, as primeiras 136. Aquele número de páginas dá ideia da dimensão que o acervo da biblioteca teria tão poucos anos após a fundação do *Gabinete*. A classificação adoptada permite avaliar a variedade de assuntos abrangidos: "Agricultura e Economia Rural; Apologos; Antiguidades; Architectura; Artes e Manufacturas; Astronomia; Bibliographia; Biographia; Botanica; Brazão; Campanhas e Conquistas; Cavalaria; Commercio; Criticos; Diccionarios; Diplomacia; Direito Civil, Criminal e Ecclesiastico; Direito Natural das Gentes; Direito Publico; Economia Politica; Educação; Estatistica; Geographia e Corographia; Genealogia; Grammaticas; Historia;

[24] Parece existir alguma similitude com um projecto nascido em Lisboa, logo após a revolução de Agosto de 1820, de um gabinete literário ou gabinete de leitura e composição de uma *Associação de Patriotas Portugueses*, que pretendia reunir 60 associados (LOUSADA, 2000: 179).
[25] AZEVEDO, 2008: 23.
[26] GABINETE, 1841: 5.
[27] SILVA, 1977: 20.
[28] AZEVEDO, 2008: 23.

Historia Natural; Hygiene; Ideologia; Litteratura; Legislação; Mathematicas; Medicina e Cirurgia; Metrologia; Moral; Muzica; Mythologia; Nautica; Novellas; Numismatica; Orthographia; Pharmacia; Phylologia; Philosophia; Phisica e Chimica; Poesia; Politica; Rhetorica e Eloquencia; Tactica Terrestre e Naval; Theatros; Theologia e Culto; Variedades; Viagens; Periodicos e Appendix"[29].

Apesar de a maioria dos livros e periódicos ser em português, havia número significativo de obras em francês, nomeadamente a colecção das obras de Voltaire, com que se iniciou a numeração no livro de registo do acervo, "testemunho da simpatia intelectual desses homens pela literatura francesa e pela própria obra do grande escritor e enciclopedista"[30]. Também havia, embora em menor número, livros em inglês, além de periódicos franceses e ingleses, o que denota o elevado nível cultural do público leitor, constituído por "emigrantes portugueses que reuniam às virtudes cívicas a vastidão do saber, as largas aspirações do espírito e fé robusta no progresso"[31].

Um autor que teve acesso às actas das reuniões da Directoria notou o especial interesse dos primitivos leitores por "periódicos, sobretudo comerciais, de várias praças do Império e da Europa"[32]. Existia, também, o interesse por periódicos culturais e generalistas oriundos do continente europeu, que permitiam aos seus leitores acompanhar o movimento de ideias e a evolução social aí verificadas. A avidez do público leitor do *Gabinete* pelos periódicos que vinham do outro lado do Atlântico é bem expressa nos reparos feitos pela Directoria ao seu correspondente em Lisboa acerca das falhas que, por vezes, se notavam no envio de periódicos pelos navios que demandavam o porto do Rio de Janeiro[33].

Este autor, que compulsou o segundo catálogo elaborado, logo em 1844, verificou a proximidade existente entre o número de obras em português (1 474) e francês (1 234) e a grande distância para as de língua inglesa (77).

Por assuntos, a maioria dos títulos era de Novelas (421), das quais 406 eram escritas em português. Dos 312 livros de Literatura, 157 eram em francês e 126 em português. Na História, de que havia 296 obras, 191 eram em português e, em francês, 98. As rubricas seguintes mais significativas da classificação adoptada eram Poesia (181 títulos); Política (109); Teologia e Culto (98); Medicina (68); Viagens (67); Direito (61); Teatro (61) e Comércio (41)[34].

É importante notar que terá havido muitas doações de livros feitas por associados logo nos primeiros anos da instituição, que acresciam às obras resultantes de compras feitas em obediência aos critérios estabelecidos pela Directoria.

---

[29] GABINETE, 1840.
[30] SILVA, 1977: 125.
[31] MONTÓRO, 1880: 401.
[32] AZEVEDO, 2008: 26.
[33] AZEVEDO, 2008: 26-27.
[34] AZEVEDO, 2008: 27.

Pode admitir-se que o público leitor fosse constituído pelos chamados letrados, como os juristas que estiveram na génese do *Gabinete* e médicos, em especial os formados pelas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto, que nos concursos em Portugal eram preteridos pelos formados na Universidade de Coimbra e, por isso, emigravam, ou eclesiásticos em busca de paróquia no Brasil, "face a uma pesada densidade clerical nas províncias do Norte"[35] e, ainda, o numeroso núcleo de negociantes, que terá constituído a maioria dos accionistas fundadores.

Mas havia, também, os jovens empregados no comércio e nos ofícios desejosos de se instruírem e que naquela biblioteca encontravam os instrumentos de estudo não disponíveis de outro modo. Como alguém escreveu, o *Gabinete* era a biblioteca portuguesa na Corte do Rio de Janeiro.

4. As sedes dos primeiros cinquenta anos

Constituída a sociedade, a sua primeira sede, alugada, foi no sobrado do n.º 83 da rua de São Pedro, que já não existe. As portas eram abertas às 10 horas da manhã e assim se mantinham até às 12. A reabertura era às 16 horas e o encerramento às 20. Este segundo horário era o único nos domingos e dias santificados. Apesar de, logo em 1842, o *Gabinete* ter conhecido novo endereço, as instalações não seriam tão exíguas quanto se pode admitir, porquanto, em Outubro de 1840, foi cedida uma das suas salas para que nela se realizassem as sessões de trabalho da *Sociedade Portuguesa de Beneficência*, associação entretanto fundada por José Marcelino da Rocha Cabral e Francisco João Muniz[36].

Porém, logo em 1838 houve diligências para se alugar um imóvel na rua da Alfândega, negócio que não se concretizou, como aconteceu, no ano seguinte, acerca de um prédio na central rua do Ouvidor. Ainda em Novembro de 1839, nova diligência para se realizar aluguer de instalações, agora na rua da Quitanda, negócio também gorado. Em 1841 foram encetadas negociações para compra – os insucessos anteriores terão feito abandonar os projectos de aluguer – de um imóvel na rua da Alfândega. Também não houve sucesso[37].

Finalmente, em 1842, a sede do *Gabinete* transferiu-se para o n.º 55 da rua da Quitanda, onde haveria mais desafogo para acomodar os numerosos volumes que já constituíam o acervo da biblioteca. Era um "belo prédio de três pavimentos, de fachada azulejada e beiral de telhas de canal esmaltadas em Alcobaça"[38].

---

[35] ALVES, 1999: 294.
[36] LOUREIRO, 1960: 15-17.
[37] AZEVEDO, 2008: 22-23.
[38] SILVA, 1977: 32.

Por alturas de 1850 o edifício da rua da Quitanda já seria exíguo, porque o *Gabinete* conheceu nova sede, agora na rua dos Beneditinos, n.º 12, onde era possível acondicionar, convenientemente, os mais de catorze mil volumes que o Almanack Laemmert de 1849 lhe atribuía[39].

Porém, a continuada acção de compra de livros e publicações periódicas, além das frequentes doações, fazia aumentar muito o número de exemplares da biblioteca, que voltava a sentir-se desconfortável na sede em que se encontrava desde 1850. Esse desconforto era ampliado pela circunstância da nova sede se situar em zona periférica face à centralidade das anteriores instalações, com consequente diminuição do movimento associativo, situação de crise que fazia, mesmo, perigar a instituição. De par com isso havia choque de ideias entre dois grupos de sócios, um, mais vinculado ao espírito fundador, outro, "vanguardista", que pugnava pela "reforma das colecções da biblioteca e um amplo alargamento do círculo de influências em que a instituição se movimentava"[40].

Em 1861 a Directoria do *Gabinete* evidenciou ser tempo de pôr em acção medidas tendentes a dotá-lo de sede própria que o pusesse a coberto, definitivamente, dos problemas suscitados, desde a fundação, por espaços sempre escassos para as exigências de uma biblioteca que, como era desejável, todos os dias aumentava.

Uma das providências adoptadas foi a angariação de fundos, no respeito do princípio de que não se assumem compromissos que não seja possível liquidar.

Durante alguns anos não se conseguiu passar dos donativos esporádicos, já que propostas do Conselho Consultivo de 1862 não tinham logrado sucesso. Em 1871 o "fundo para o edifício" não ia além de 3:025$114[41]. Neste ano, a Directoria comprou dois prédios na rua da Lampadosa, de dimensões exíguas para o que se pretendia, o que foi sublinhado pelo arquitecto lisboeta escolhido, em carta de Julho do ano seguinte. Daí, o propósito dos dirigentes do *Gabinete* de adquirir os dois prédios contíguos, o que se conseguiu em 1873, com o dispêndio de 46:546$000[42]. Nos anos imediatos operaram-se grandes transformações, como a reforma dos Estatutos, que permitiu elevar o capital da associação, contrair empréstimo para a construção do edifício e fazer hipoteca de garantia, em especial da livraria. Em decorrência, fez-se o aumento do capital do *Gabinete*, o que permitiu a angariação de novos sócios, tendo muitos dos existentes acorrido, também, a adquirir mais acções.

No final de 1880 o fundo destinado à construção da sede já estava elevado a mais de 270 contos de réis, os terrenos onde iria ser edificada tinham custado quase

[39] AZEVEDO, 2008: 23.
[40] ANACLETO, 2004: 33.
[41] SILVA, 1977: 42.
[42] SILVA, 1977: 47.

92 contos, e mais de 32 contos tinham sido gastos em obras destinadas à preparação dos terrenos para se iniciar a construção do imóvel[43].

5. A "Catedral da Cultura Portuguesa no Brasil"

No século XIX o neogótico fora, em países como Inglaterra, França e Alemanha, guindado à situação de estilo arquitectónico que, por excelência, glorificava nacionalismo e religião. De certo modo, em Portugal esse papel foi atribuído ao neomanuelino, a expressão arquitectónica dos fastos da epopeia dos Descobrimentos[44].

Foi esse ideário que presidiu à decisão da Directoria do *Gabinete* de encomendar ao arquitecto lisboeta, encarregado da reconstrução do Mosteiro dos Jerónimos, a elaboração do projecto para a nova sede da Instituição, a erigir nos terrenos que comprara na rua da Lampadosa, a qual, ao contrário do que acontecia com a sede em que se encontravam, razoavelmente periférica, se situava nas imediações do coração do Rio de Janeiro. Quando se vêem fotografias do estado em que se encontravam os Jerónimos, por volta de 1880, custa a crer que, daquela quase irreconhecível ruína, tenha sido possível erguer a jóia arquitectónica que hoje se impõe na capital do antigo Império Português. O autor dessa proeza foi Rafael da Silva Castro, falecido em 1892, o mesmo que, em Julho de 1872, em correspondência para a Directoria do *Gabinete*, referia: "Fachada principal do edifício – *Conforme me foi recomendado*, segui nesta fachada, assim como em todo o edifício o estilo de arquitectura manuelino, seguindo com especialidade a arquitectura da Igreja dos Jerónimos" (itálico meu)[45].

Com a primeira pedra lançada em 10 de Junho de 1880, no terceiro centenário da morte de Camões, devidamente solenizado por iniciativa do *Gabinete*, com a presença do Imperador do Brasil, o edifício da nova sede veio a ter duas inaugurações: a primeira, no ano do cinquentenário da Instituição, em 10 de Setembro de 1887, e a segunda, quando toda a construção estava ultimada e os 120 000 volumes da sua enorme biblioteca acondicionados nas prateleiras, em 22 de Dezembro de 1888. Tanto no lançamento da primeira pedra como nesta inauguração de 1888, o orador foi o grande homem de letras brasileiro, arauto do abolicionismo, ao qual, por feliz coincidência, o Brasil consagra este ano de 2010, proclamado Ano Joaquim Nabuco.

Na celebração camoniana de 1880, Nabuco (1849-1910) começou por enaltecer "o assentamento da pedra fundamental da Biblioteca Portuguesa", asseverando, de seguida, "que o Brasil e os *Lusíadas* são as duas maiores obras de Portugal"; mais adiante, na consagração do Poema épico como epopeia gloriosa da pátria, disse, lapidar:

[43] SILVA, 1977: 61-62.
[44] ANACLETO, 2004: 13-25.
[45] ANACLETO, 2004: 34-37.

"Portugal, senhores, podia ter tido uma vida modesta; preferiu porém num dia encher o mundo e a posteridade com o seu nome". Em frases da maior riqueza literária e de enorme erudição, o grande tribuno glorificou a obra de Camões como "o Arco do Triunfo sob o qual desfila o préstito Português desde Afonso Henriques até D. Sebastião, a nação toda, vestindo a púrpura e cingindo a coroa pela Via da História". Rematou a irmanar Brasil e Portugal sob a inspiração do Épico: "as duas Nações eternamente tributárias da tua glória, que unidas hoje pela primeira vez pela paixão da Arte e da Poesia, aclamam a tua realeza electiva e perpétua, e confundem o teu génio e a tua obra numa salva de admiração, de reconhecimento e de amor, que há-de ser ouvida no outro século!"[46].

Oito anos depois, no discurso consagrador da grande epopeia em pedra que era a nova sede do *Gabinete*, a que chamou "Biblioteca Portuguesa do Brasil", Joaquim Nabuco começou por garantir que "o português, no Brasil, tem orgulho de ter sido a sua raça que fundou este colosso, o qual se destaca no planisfério com a cabeça sob o Equador, o coração sob o Capricórnio e os pés sob o Cruzeiro do Sul. Sois em certo sentido mais pró-brasileiros do que os brasileiros".

Num português de fino recorte literário Nabuco passou a ocupar-se da jóia neo-manuelina: "O edifício está completo, a estrutura material está pronta; ides agora insuflar-lhe o espírito, a alma, que o há-de animar. Que alma deve ser essa? Ela sai destas pedras, senhores. Deliberadamente, vós, portugueses, construístes uma biblioteca, a mais grandiosa das edificações desse género na América e a levantastes sob o duplo padroado de Luís de Camões e do infante dom Henrique. A alma deste edifício é assim, antes de tudo, a própria alma nacional. Estas pedras são estrofes dos *Lusíadas*. Elas deviam ser condecoradas com a ordem de Avis. Está aqui o espírito dos grandes reis que escreveram na espuma das ondas virgens a vossa odisseia".

Se "a primeira significação do monumento" era a "afirmação da vossa consciência portuguesa de pátria intangível", a segunda era "um padrão de posse nacional", com o qual reclamavam "o domínio da língua portuguesa no Brasil em nome de Luís de Camões". Um terceiro significado imperecível da inauguração daquele edifício estava, exactamente, no culto de Camões, sublinhando estar-se ali, "no adro da religião camoniana no Brasil", "base sólida e indestrutível de toda a nossa literatura, pois ninguém que não admire Camões há-de fazer, em nossa língua, nada que seja grande, fecundo, nada que mereça viver e reproduzir-se". O último traço distintivo daquela epopeia em pedra era "a aliança intelectual luso-brasileira. Este monumento é um símbolo de fraternidade. Não se fazem doações destas a uma nação com a qual não se está vinculado irmãmente. Não se fazem benfeitorias tão importantes em casa alheia".

[46] NABUCO, 1880: 8-30.

Joaquim Nabuco passou a glorificar os homens que asseguravam a perenidade do *Gabinete*, desde então dotado de uma sala que albergava, com extremo conforto, o acervo bibliográfico, acumulado em mais de meio século e que obrigava as futuras gerações de emigrantes portugueses a "inspirar-se na sua genealogia, no patriotismo, no amor dos seus concidadãos e no culto da glória literária portuguesa, de que vós lhes deixareis o fideicomisso sagrado"[47].

É o labor desses homens, que desde 1837 até hoje, com enorme abnegação, garantiram o perpetuar do *Gabinete*, que, acima de tudo, se procura enaltecer neste escrito.

A construção do edifício, com pedra ida de Portugal, custou cerca de 600 contos de réis, verba importantíssima para a época, mesmo assim, abaixo do que se previra, porquanto todos os intervenientes no processo primaram em excelência. A Directoria distinguiu o "inteligente arquitecto Sr. Frederico José Branco, que teve a glória de inaugurar e terminar sem interrupção esta obra", e louvou, igualmente, os restantes colaboradores, como a firma Manoel Joaquim Moreira & C.ª, responsável pelos trabalhos de fundição[48], que cumprira escrupulosamente os seus contratos; Frederico Steckel, a quem se deviam "inexcedíveis trabalhos de pintura tão inteligentemente estudados e executados"; Carvalho Moreira & C.ª, autores dos qualificados trabalhos de marcenaria, que abrangiam mobílias (ainda hoje notáveis), louvados "pelo esplendor e brilho da obra que empregaram na patriótica construção"[49].

A fachada do edifício é majestosa e destaca-se na rua Luís de Camões, denominação que passou a ter a rua da Lampadosa, em que sobressaem quatro soberbas estátuas – Camões, Infante D. Henrique, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral –, do grande escultor lusitano José Simões de Almeida (1844-1926). Porém, é suplantada pela grandiosidade e beleza única da sala de leitura, espaço vastíssimo a que preside Camões, em solene busto de bronze, onde se sente o maior recolhimento, respeito e veneração pelas colunas de sabedoria que são todas aquelas estantes forradas de encadernações, perfiladas do chão até aos varandins, entre estes, e deles projectadas até perto da moldura da clarabóia, de cujos vitrais irradia adequada luminosidade.

---

[47] NABUCO, 1888: 41-50.
[48] As estruturas metálicas deste edifício são uma das suas grandes inovações para a época e responsáveis, entre outras coisas, pela sumptuosidade da sala de leitura.
[49] ANACLETO, 2004: 71.

6. Alguns dos grandes timoneiros do *Gabinete*

Num estudo desta natureza e em que se coloca em primeiro plano o desempenho dos homens que, em gerações sucessivas, conceberam, ergueram, conservaram e ampliaram o *Gabinete*, seria interessante dar a conhecer alguns traços mais salientes da personalidade de cada um desses emigrantes ou, pelo menos, daqueles que podem ser considerados mais marcantes, ainda que se tenha a certeza de todos – mesmo os que tiveram desempenhos mais discretos – terem sido essenciais para o sucesso obtido.

Porém, não existe como: não se encontram biografias da esmagadora maioria dos artífices da glória do *Gabinete*. Apesar dos grossos e numerosos volumes de uma obra denominada *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, que se editava tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro; e de uma outra *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, também em mais de vinte volumes, não estão registados simples verbetes com a mais elementar informação sobre a maioria dos "varões prestantes" que, desde 1837 até 2010, têm assegurado a gloriosa vida desta instituição.

Nem nomes como o de Albino Souza Cruz, que ergueu no Brasil uma das unidades industriais mais modernas do seu tempo, e que, ainda hoje, ostenta o nome de Souza Cruz, figuram em qualquer das supostas referências biográficas monumentais do mundo luso-brasileiro. Albino Souza Cruz foi um homem que, em dado momento da sua vida, mas ainda jovem, entendeu vender o controlo da sua firma produtora de cigarros à *British American Tobacco* para consagrar o resto da vida ao engrandecimento do *Gabinete*, a cujos destinos presidiu entre 1919 e 1961. Durante mais de quarenta anos, Souza Cruz foi um incansável dinamizador da instituição, tendo contribuído com o seu prestígio para que não lhe faltassem os meios financeiros necessários a tão arrojado empreendimento. E se foram anos difíceis: basta rememorar o que foi a história mundial e a história do Brasil, entre guerras de enorme destruição, crises políticas e económicas, o flagelo da inflação galopante, o tortuoso caminho desta potência continental em direcção à democracia. Enfim, quarenta anos que exigiam um timoneiro de rara fibra, como seria Albino Souza Cruz.

Em boa parte do seu consulado contou com a colaboração de Carlos Malheiro Dias, vulto eminente das letras portuguesas da primeira metade do século XX, "o mais brilhante e o mais lúcido dirigente da comunidade portuguesa"[50].

Mas no século XIX também houve períodos particularmente delicados e outros de grande afirmação realizadora, a que se associam nomes como os de José Pereira Soares e José Marcelino da Costa e Sá, ou de Boaventura Gonçalves Roque e Joaquim Ferreira Margarido, que consolidaram tempos difíceis a preparar as gestões de

[50] COSTA, 2004: 8.

Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos e de Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, concretizadores do grande sonho da sede neomanuelina.

A presidência de José Peixoto de Faria Azevedo, em 1861, proclamou Alexandre Herculano como Presidente Honorário do *Gabinete*, cujas instalações ostentam magnífico retrato a óleo do homenageado, pintado por José Rodrigues, artista português muito representado em Portugal e no Brasil, contemporâneo de Miguel Lupi, Francisco Metrass e Tomás da Anunciação.

Porque a história do *Gabinete* não é, apenas, a dos seus presidentes, dê-se destaque a Manuel de Melo, bibliófilo e erudito que, em 1868, elaborou um novo catálogo da biblioteca de 430 páginas, que perdurou até 1906. Manuel de Melo fez uma das mais importantes doações ao *Gabinete*, a da sua biblioteca com mais de 5 600 volumes, de linguística, literatura, história e antropologia[51].

Naquele final de século avulta a gestão de Ernesto Pêgo Cybrão, em que se destaca a elaboração de um novo catálogo, de que foi encarregado o bibliófilo e historiador Ramiz Galvão, cujos meticulosos trabalhos, em conformidade com os melhores padrões universais na matéria, se estenderam desde 1895 até 1906.

Uma coisa é certa: a maioria dos homens que integraram órgãos dirigentes do *Gabinete* era de comerciantes, alguns de "grosso trato", ou seja, negociantes de transacções volumosas, como as associadas a importações ou exportações. Alguns deles também se distinguiram no mundo das letras, como Reinaldo Carlos Montóro e Ernesto Cybrão.

A maior reverência tem de ser para José Marcelino da Rocha Cabral, idealista liberal que, em conturbada época para os interesses lusitanos no Brasil, arrebatou numerosos patrícios para comungar do seu entusiasmo em erguer o *Gabinete*. Como se fora sina dos grandes idealistas, Rocha Cabral morreu com apenas 43 anos, em 1849, no Rio de Janeiro, na miséria, situação em que também pereceu, em Lisboa, no ano de 1822, Manuel Fernandes Tomás, "patriarca da liberdade portuguesa".

7. Instituições portuguesas nascidas no *Gabinete* e instituições brasileiras que o *Gabinete* acolheu

Em meados de 1839, Rocha Cabral foi nomeado vice-cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, encarregado interinamente das funções de cônsul. O desempenho do cargo pô-lo em contacto frequente com a situação de patrícios que, no Brasil, em vez da riqueza sonhada "se acham na indigência e reduzidos à mendicidade"[52].

[51] SILVA, 1977: 126-131.
[52] CABRAL, 1839: 34.

Foi o que declarou e desenvolveu numa exposição feita na Assembleia Geral dos accionistas do *Gabinete*, no final desse ano, propondo a "criação de uma Sociedade de beneficência portuguesa cujo fim seja o de socorrer esses miseráveis compatriotas, já para lhes facilitar o regresso à pátria, quando lhes convenha e o mereçam, já para lhes dar educação e ocupações, quando estiverem nesse caso, já finalmente, para socorrer a sua miséria, enquanto não tiverem esses destinos, ou quando se achem impossibilitados para o trabalho"[53].

Rematou a alocução: "com a maior segurança vos rogo que tomeis em consideração esta minha ideia; que a assembleia se não separe sem a ter levado a efeito"[54]. E assim foi: os accionistas do *Gabinete* acolheram com entusiasmo a sua proposta e o ano de 1840 viu nascer a *Sociedade Portuguesa de Beneficência*, vazada nos moldes propostos pelo seu fundador e primeiro presidente, mas antes de terminar essa década, sob a inspiração de outro emigrante de rara envergadura – Hermenegildo António Pinto – foi ganhando corpo a ideia da assistência hospitalar, paradigma das dezenas de Beneficências Portuguesas que se difundiram pelo Brasil[55] e têm constituído unidades hospitalares de referência no país.

No caso da *Beneficência Portuguesa* foi a epidemia de febre-amarela de 1848 a encaminhar a instituição para a vertente hospitalar, ao determinar o estabelecimento de uma enfermaria para acolher os portugueses por ela vitimados. A primeira unidade digna desse nome foi inaugurada em 1858, recebendo a denominação de *Hospital S. João de Deus*[56].

Anos mais tarde, foi o fenómeno de engajamento de emigrantes que chegavam ao Brasil desamparados, o principal motor da criação da *Caixa de Socorros de D. Pedro V*, em 1863, também nascida no *Gabinete* por iniciativa de Leonardo Caetano de Araújo, oriundo do distrito de Braga, outro vulto eminente da colónia portuguesa, que presidiu à instituição até 1866.

Não se estava perante uma associação mutualista destinada a beneficiar os sócios. O seu principal propósito era, mediante a cotização dos associados e dos donativos e legados que obtinha, acudir aos patrícios doentes e miseráveis, em especial os engajados, já que "quase dois terços das pessoas socorridas pela nossa associação vieram para este país engajadas, e foram estes que se apresentaram à Directoria no estado mais precário de saúde e em extrema pobreza, o que cada vez mais nos convence que os engajamentos que se têm feito em Portugal têm sido prejudicialíssimos aos nossos compatriotas"[57]. Dispensava-se apoio médico e medicamentoso ao emigrante

[53] CABRAL, 1839: 34.
[54] CABRAL, 1839: 35.
[55] LOUREIRO, 1960: 6-10.
[56] LOUREIRO, 1960: 9.
[57] ALVES, 1990: 412.

e família, bem como protecção e apoio educacional aos menores, além das despesas com repatriamento dos que pretendiam regressar[58].

Já no século XX, também no seio do *Gabinete*, formou-se a *Federação das Associações Portuguesas*. Foi constituída no dia de Nun'Álvares de 1931 (14 de Agosto), para aglutinar as numerosíssimas instituições criadas pela emigração portuguesa espalhadas por todo o território do Brasil e que reflectem, nas mais variadas vertentes, a fecundidade da diáspora lusitana.

Importa ressaltar, ainda, dois ou três casos reveladores da forma como o *Gabinete* se impôs na sociedade carioca e articulou com o universo culto brasileiro.

Para além de ter passado a contar com muitos associados não-portugueses, a instituição convidava, com frequência, insignes autores brasileiros a nela pronunciar conferências, como são exemplo eloquente as orações de Joaquim Nabuco em ocasiões muito especiais da vida do *Gabinete*.

Nos primeiros anos da sua existência a *Academia Brasileira de Letras* fez as reuniões de trabalho em salas do *Gabinete*, para além de cinco sessões solenes entre 1900 e 1904, quando era presidida por Machado de Assis, como está perpetuado em lápide colocada no vestíbulo, homenagem da *Academia*, em Dezembro de 1958[59].

Também outra reputada Academia do país de acolhimento, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no período em que se efectuaram obras de fundo na sua sede, foi nas instalações do *Gabinete* que efectuou as suas sessões de trabalho, bem como aquelas em que os seus académicos solenizavam efemérides.

Como são inumeráveis os congressos e outros certames científicos promovidos por entidades brasileiras que têm escolhido a sede do *Gabinete* como o mais condigno local para serem celebrados.

8. Ainda, o prestígio do *Gabinete*

Desde 1935 que o *Gabinete*, por decreto do governo português, recebe todas as obras editadas em Portugal que se submetem ao regime do Depósito Legal: um dos catorze exemplares de cada obra entregues na Biblioteca Nacional é destinado ao *Real Gabinete*, denominação que lhe foi concedida pelo rei D. Carlos, em 6 de Setembro de 1906. Aquela determinação do governo do Estado Novo permitiu que a biblioteca instalada no edifício neomanuelino da rua Luís de Camões passasse a dispor de todos os livros de que é feito, aqui, o Depósito Legal.

Nos quase 400 000 volumes que a biblioteca actualmente alberga incluem-se inúmeras obras raras, desde livros do século XVI até edições preciosas da contemporaneidade,

[58] ALVES, 1990: 412.
[59] SILVA, 1977: 94.

manuscritos de autores famosos, etc. Muitas dessas preciosidades resultaram de generosíssimas doações, tanto de particulares como de entidades portuguesas e brasileiras, só possíveis pelo altíssimo conceito de que a instituição gozava e goza. Este é um aspecto que importa realçar, já que a listagem desses tesouros bibliográficos encontra local adequado nas várias histórias já escritas sobre o *Gabinete*.

Ano após ano, a associação primeira que os portugueses emigrados no Rio de Janeiro criaram, foi sendo servida por um escol, imenso, de compatriotas que foram vencendo todas as adversidades próprias de um mundo em contínua transformação. Uns, com mais talento, todos, com inexcedível dedicação, foram consolidando a obra que nasceu do idealismo de homens como Rocha Cabral e Alves Vianna, que resolveram consagrar ao aumento da bagagem cultural dos patrícios que demandavam a Terra de Vera Cruz as horas que as canseiras da labuta diária não consumiam.

Pesquisa importante, que não cabe no âmbito deste texto, consiste em fazer o contraponto entre a evolução do *Real Gabinete* e outras iniciativas da colónia carioca e o crescimento que o Rio de Janeiro foi conhecendo, em território e gentes, desde os primórdios da Independência até aos nossos dias: a denominação da urbe é a mesma, mas a realidade geográfica, económica e sociológica é muito diversa e, no entanto, as instituições foram ganhando notoriedade, apesar dos emigrantes portugueses que as mantiveram terem perdido posição relativa no conjunto da população.

O escopo deste texto é a consagração daqueles que, por quase dois séculos, foram (e são) o sustentáculo de uma obra ímpar, desde há muito a pedra basilar dos estudos feitos na América Latina sobre a cultura da mais antiga nação estabelecida na Europa.

O estudo aqui apresentado, por enaltecer uma gesta, não pode ser tido por panegírico. Mereceria este tratamento depreciativo qualquer prosa louvaminheira que alçasse aos píncaros da fama aquilo que, por sua natureza, não pudesse soerguer-se do raso chão. Os largos anos de vida do *Real Gabinete* são a maior garantia de que, glosando o que alguém escreveu, nunca se dirá bastante para honrar os varões prestantes que dele fizeram a expressão maior do amor dos portugueses ao país que os acolheu.

E para que não haja a tentação de desfocar este trabalho da análise histórica do passado da emigração portuguesa, omite-se qualquer referência à contemporaneidade: ao que é o desempenho do Centro de Estudos, criado em 1969, e do núcleo interdisciplinar que o integra, servido por professores universitários da maior nomeada, ou ao que tem sido a acção de António Gomes da Costa, à frente da equipa que, desde 1992, dirige os destinos da instituição. A seu tempo, abalizados autores hão-de fazer a história, que se impõe, de uma presidência de olhos postos no futuro, que tem trazido para o *Real Gabinete* os proveitos das mais avançadas tecnologias, desde a informatização de todo o acervo bibliográfico até à sofisticação do mais recente site para divulgação na Internet, de patente portuguesa, agora inaugurado, a par de realizações

culturais que mantêm o *Real Gabinete* entre as organizações de proa da inteligência no Brasil.

Epílogo

Algumas vezes vejo citado – até em depoimentos de figuras eminentes da cultura brasileira – que muitos naturais do Brasil lamentam não ter triunfado a investida holandesa no Nordeste, com a consequente colonização pelos Países Baixos.

Felizmente, não o foi. As pessoas insurgem-se contra a burocracia instalada na administração brasileira e contra a corrupção que a flagela, supostos legados lusos. Antes de mais, a burocracia, como a sua génese etimológica denuncia, é fruto da Europa francófona. E a corrupção, à escala da península ibérica, não teria a sofisticação existente noutras partes do mundo, mesmo no norte do continente americano, na nossa era, onde, quando se ultrapassa o pudor do secretismo, se descobrem tão feias acções que têm a dimensão de ameaçar fazer ruir o mundo.

Por mais contrafactuais que sejam ensaiados, nunca ninguém poderá asseverar o que o Brasil poderia ter sido se a Corte portuguesa não se tivesse instalado no Rio de Janeiro em 1808, arrancando a sociedade carioca – e todo o universo brasileiro – do torpor em que jazia. Ou se os Bandeirantes portugueses – com um trabalho hercúleo, cuja heroicidade, no conforto da sociedade estereotipada de hoje, não se consegue avaliar convenientemente – e o génio de Alexandre de Gusmão não tivessem alargado os horizontes geográficos do Brasil para uma escala continental.

Por todo o respeito que o povo e a civilização neerlandesa me merecem, berço de inesquecíveis amigos e pátria de Van Gogh, não consigo acreditar que pudessem ter edificado algo de mais humano e generoso do que é a sociedade multicultural brasileira, moldada no cadinho da civilização lusíada, que no "longo século XVI português"[60] alargou em mais de dois terços o mundo que era conhecido: a ciência náutica desenvolvida em Portugal permitiu navegar-se por todos os oceanos do mundo, a ponto de ser abissal a diferença entre os mares conhecidos em 1415 e 1565[61]. "Portugal… preferiu porém num dia encher o mundo e a posteridade com o seu nome"[62]. A proverbial modéstia lusitana tem impedido a proclamação da excelência do seu desempenho na génese do mundo moderno, quando as restantes comunidades – exceptuada a castelhana – que povoavam a Europa grandiosa se compraziam na contemplação do seu umbigo.

---

[60] Feliz expressão devida ao professor Joaquim Romero de Magalhães.
[61] PEREIRA, 2010: 1-2.
[62] NABUCO, 1880: 20.

O *Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro* é uma cabal demonstração do génio lusitano que, nos tempos difíceis que se seguiram à independência do Brasil, quando se renegava quanto era português, foi capaz de erigir um monumento à glória nacional, nas letras, nas ciências, na cultura universal, e de tal forma sólido que foi o único – entre todos os que as colónias de outras nacionalidades europeias ergueram na terra brasileira – que, não apenas sobreviveu, mas se expandiu e continua pujante.

Joaquim Nabuco, um dos maiores vultos da cultura do Brasil, no discurso proferido na inauguração do monumental edifício que passou a ser a sede do *Gabinete,* dirigindo-se aos seus anfitriões, proclamou: "tendes razão, senhores, de nos fazerdes admirar a vossa pátria pela magnificência das criações portuguesas no Brasil"[63].

Na máxima do Padre António Vieira[64], apesar de ser implacável para com os seus contemporâneos do Maranhão, os portugueses – não apenas Santo António – são luz do mundo, por natureza.

Quadro n.º 1
Associações portuguesas no Brasil, de carácter cultural, hospitalar e beneficente

Associação	**Cidade**	**Estado**	**Ano de fundação**
Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes	São Paulo	São Paulo	1972
Academia Luso-Brasileira de Letras	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1965
Ala da Fraternidade Luso-Brasileira	São Paulo	São Paulo	1944
Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	São Paulo	São Paulo	1891
Associação Beneficente Luso-Brasileira	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1880
Associação Luso-Brasileira de Campo Grande	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	1929
Associação Luso-Brasileira de Bauru	Bauru	São Paulo	1962
Associação Luso-Brasileira de Florianopolis	Florianopolis	Santa Catarina	1987
Associação Portuguesa Beneficente 1.º de Dezembro	Uberaba	Minas Gerais	1907
Assoc. de Socorros Mútuos Sacadura Cabral/ Gago Coutinho	São Paulo	São Paulo	1935

[63] NABUCO, 1888: 48.
[64] VIEIRA, 2009: 191.

(Continuação do Quadro n.º 1)

Associação	**Cidade**	**Estado**	**Ano de fundação**
Beneficência Portuguesa de Amparo	Amparo	São Paulo	1850
Beneficência Portuguesa de Araraquara	Araraquara	São Paulo	1914
Beneficência Portuguesa de Londrina	Londrina	Paraná	1954
Beneficência Portuguesa de Teresópolis	Teresópolis	Rio de Janeiro	1956
Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará	Belém	Pará	1854
Centro Beirão Ass. Luso-Brasileira Beneficente e Cultural de SP	São Paulo	São Paulo	1933
Centro Beneficente Laboriense	Belém	Pará	1977
Centro Cultural da Comunidade de Língua Portuguesa	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1960
Centro Cultural Luso-Brasileiro de Pelotas	Pelotas	Rio Grande do Sul	1989
Centro Musical Beneficente da Colónia Portuguesa de Niterói	Niterói	Rio de Janeiro	1919
Centro Português de Santos	Santos	São Paulo	1895
Escola Portuguesa	Santos	São Paulo	1921
Fundação Cultural Brasil-Portugal	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1981
Fundação Lusíada	Santos	São Paulo	1966
Gabinete Português de Leitura	Salvador	Baía	1863
Gabinete Português de Leitura de Pernambuco	Recife	Pernambuco	1850
Grémio Literário e Recreativo Português	Belém	Pará	1867
Grémio Literário Luso-Brasileiro de São Paulo	São Paulo	São Paulo	1980
Grémio Litero-Recreativo Português	São Luís	Maranhão	1931
Grémio Português de Nova Friburgo	Nova Friburgo	Rio de Janeiro	1933
Instituto Cultural Português	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	1979
Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1981
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão	São Luís	Maranhão	1925
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São Félix	Salvador	Baía	1933
Liceu Literário Português	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1868
Obra Portuguesa de Assistência	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1921
Real e Benemérita Sociedade Beneficente do Amazonas	Manaus	Amazonas	1873

(Continuação do Quadro n.º 1)

Associação	**Cidade**	**Estado**	**Ano de fundação**
Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1840
Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência	São Paulo	São Paulo	1859
Real e Benem. Soc. Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1863
Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1837
Real Hospital Português de Beneficência	Recife	Pernambuco	1850
Real Sociedade Portuguesa de Beneficência	Campinas	São Paulo	1873
Real Sociedade Portuguesa de Beneficência	Petrópolis	Rio de Janeiro	1875
Real Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro	Salvador	Baía	1857
Sociedade Beneficente Luso-Brasileira N.ª S.ª de Fátima	S. José dos Campos	São Paulo	1950
Sociedade Beneficente Portuguesa	Olímpia	São Paulo	1926
Sociedade Humanitária 1.º de Dezembro	São Luís	Maranhão	1862
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Piracicaba	São Paulo	1897
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	1854
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Ribeirão Preto	São Paulo	1907
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Rio Grande	Rio Grande do Sul	1859
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Santo André	São Paulo	1930
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Santos	São Paulo	1859
Sociedade Portuguesa de Beneficência	S. José do Rio Preto	São Paulo	1920
Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé	Bagé	Rio Grande do Sul	1870
Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos	Campos	Rio de Janeiro	1852
Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói	Niterói	Rio de Janeiro	1904
Sociedade Portuguesa de Beneficência 1.º de Dezembro	Corumbá	Mato Grasso do Sul	1892
Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio Grande do Sul	Pelotas	Rio Grande do Sul	1857

(Continuação do Quadro n.º 1)

Associação	**Cidade**	**Estado**	**Ano de fundação**
Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Caetano do Sul	S. Caetano do Sul	São Paulo	1949
Sociedade Portuguesa Beneficente de Bauru	Bauru	São Paulo	1917
Sociedade Portuguesa Beneficente 1.º de Dezembro	Curitiba	Paraná	1878
Sociedade Portuguesa Beneficente Vasco da Gama	São Paulo	São Paulo	1898
Sociedade de Socorros Mútuos	Campinas	São Paulo	1904
União Luso-Brasileira Cultural e Esportiva de Cruzeiro do Oeste	Cruzeiro do Oeste	Paraná	1977
Venerável e Arq. Ordem 3.ª de N.ª S.ª do Monte do Carmo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1648
Vem. Irm. SS. St.º António dos Pobres e N.ª S.ª dos Prazeres	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1807
Venerável Ordem 3.ª de São Francisco da Penitência	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1619

Fonte: *Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras,* Rio de Janeiro.

Fontes e Bibliografia

Fontes

GABINETE Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, 1837 – *Livro de Actas n.º 1.*

GABINETE Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, 1840 – *Catalogo.*

GABINETE Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, 1841 – *Estatutos.* Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, 1990 – "Recensão de SILVA, Maria Beatriz Nizza da – Filantropia e Imigração – A Caixa de Socorros de D. Pedro V". *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Volume VII. Porto: Universidade do Porto.

ALVES, Jorge Fernandes, 1999 – "Ler, escrever e contar na emigração oitocentista". *Revista da História das Ideias*, vol. 20. Coimbra: Universidade de Coimbra.

ANACLETO, Regina; BERRINI, Beatriz, 2004 – *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Dezembro Editorial.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo, 2008 – "Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837-1847". *Ciência de Informação*, vol. 37, n.º 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

CABRAL, José Marcelino da Rocha, 1836 – *Relatório motivado sobre a Estatistica da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: Tipografia Lessa & Pereira.

CABRAL, José Marcelino da Rocha, 1839 – *Collecção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil.* Rio de Janeiro: Tipografia da Associação do Despertador.

COSTA, António Gomes da, 2004 – "Nunca se dirá bastante", in ANACLETO, Regina; BERRINI, Beatriz, 2004 – *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Dezembro Editorial.

DOMINGOS, Manuela D., 1985 – "O público dos Gabinetes de Leitura", in *Estudos de Sociologia da Cultura: livros e leitores do século XIX.* Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa.

ESTEVES, Rosa, 1984 – "Gabinetes de Leitura em Portugal no século XIX: 1815-1853". *Revista da Universidade de Aveiro*, vol. 1. Aveiro.

GUEDES, Fernando, 1987 – *O Livro e a Leitura em Portugal: subsídios para a sua História, Séculos XVIII – XIX.* Lisboa: Editorial Verbo.

GODOLPHIM, Costa, 1876 – *A Associação, História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas.* Lisboa: Tipografia Universal.

GODOLPHIM, Costa, 1889 – *A Previdencia.* Lisboa: Imprensa Nacional.

LOUSADA, Maria Alexandre, 2000 – "Leitura, Política e Comércio: os primeiros Gabinetes de Leitura em Lisboa, 1801 – 1832". *ANAIS, Série História*, Vol. VII/VIII. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

LOUREIRO, Adalberto José Pizarro, 1960 – *História da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro (1840-1955)*. Rio de Janeiro: Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência.

MARTINS, Ana Luiza, 1990 – *Gabinetes de Leitura na Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido (1847-1890).* São Paulo: Universidade de São Paulo.

MONTÓRO, Reinaldo Carlos, 1880 – "Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837", in *Luis de Camões. Os Lusíadas* (Edição consagrada a comemorar o Terceiro Centenário de Camões pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro). Lisboa: Oficina de Castro Irmão.

NABUCO, Joaquim, 1880 – *Camões, discurso pronunciado a 10 de Junho, por parte do Gabinete Portuguez de Leitura* (Edição Fac-similada). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

NABUCO, Joaquim, 1888 – "Portugal e Brasil", in *Obras Completas de Joaquim Nabuco. Escritos e Discursos Literários. L'Option (Volume IX).* São Paulo: Instituto Progresso Editorial, SA..

PEREIRA, José Manuel Malhão, 2010 – *Um Novo Olhar Sobre a Ciência Náutica Portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Academia de Marinha.

ROSENDO, Vasco, 1996 – *O Mutualismo em Portugal: dois séculos de História e suas origens*. Lisboa: Montepio Geral.

RUDERS, Carl Israel, 1981 – *Viagem em Portugal (1789-1802)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

SILVA, Pedro Ferreira da (coord.), 1977 – *Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português de Leitura. Edição Comemorativa do 140.º Aniversário de Fundação.* Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura.

VIEIRA, Padre António, cerca de 1670 – *Sermões de Roma e Outros Textos*. Estarreja: MEL Editores (2009).